ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf RICARDO DE SALES **MAGALHÃES**

Os reflexos das lições aprendidas na MINUSTAH e os seus desdobramentos para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem

Rio de Janeiro
2020

Maj Inf RICARDO DE SALES **MAGALHÃES**

Os reflexos das lições aprendidas na MINUSTAH e os seus desdobramentos para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: Ten Cel Inf **Marcelo** Lopes de **Rezende**

Rio de Janeiro
2020

M188r Magalhães, Ricardo de Sales

Os reflexos das lições aprendidas na MINUSTAH e os seus desdobramentos para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem. / Ricardo de Sales Magalhães. – 2020.
46 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Marcelo Lopes de Rezende.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.
Bibliografia: f. 45-46.

1. PARTICIPAÇÃO DO EB NA MINUSTAH. 2. REFLEXOS. 3. OPERAÇÃO DE GLO. I. Título.

CDD 355.4

Maj Inf **RICARDO DE SALES MAGALHÃES**

Os reflexos das lições aprendidas na MINUSTAH e os seus desdobramentos para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Aprovado em 23 de outubro de 2020.

COMISSÃO AVALIADORA

_____

Marcelo Lopes de **Rezende** – Ten Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____

Cleber Henrique Bernardes Simões – Maj Cav - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____

Carlos Eurico Alencastro Teixeira **Brandão** – Maj Cav - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa, aos meus filhos e meus pais, fontes de inspiração e exemplo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela interseção de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que me permitiu atingir o inatingível com saúde, força e sabedoria, garantindo mais uma vitória na vida de minha família.

À minha esposa Ludmila, meu filho Arthur e minhas filhas Helena, Eliza e Alice, pelo carinho, amor, paciência e compreensão, em todos os momentos. Vocês são o meu porto seguro.

Aos meus pais, Zilmar e Arlucia, pelos exemplos de trabalho árduo, dedicação e perseverança, pela educação firme e sólida e pela constante torcida pelo meu sucesso.

Ao meu orientador, TC Marcelo Rezende, pela orientação pontual e, principalmente, pela lealdade e camaradagem que dispensou a mim em todos os momentos em que nos reunimos para melhorar esta monografia.

Aos meus companheiros de turma do Curso de Comando e Estado-Maior 2020/2021 pela amizade e companheirismo. Aprendi muito com todos os senhores.

Ao meu camarada e irmão, Maj Richard, pela amizade, paciência e horas de ensinamentos.

Ao meu eterno Comandante, Cel Sousa Filho, e Subcomandante, TC Neves Franco, pela LIDERANÇA e EXEMPLO.

“A quem muito foi dado, muito será exigido; e a quem muito foi confiado, muito mais será pedido". (Lucas 12:48)

RESUMO

A partir do ano de 2004 o Exército Brasileiro passou a integrar a Missão da Nações Unidas para Estabilização do Haiti, surgindo com ela novos desafios. Nesse contexto, surgem as crescentes necessidades de atualização doutrinária e constantes melhorias no processo de adestramento da tropa para cumprir o Mandato da Organização da Nações Unidas. A projeção do sucesso brasileiro no cenário internacional fez com que a Força Terrestre voltasse, também, seus adestramentos e revisão doutrinária para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem, aproveitando a expertise dos militares empregados. Paralelo a isso, houve um aumento da demanda de emprego do EB nesse tipo de operação. Destarte, a espinha dorsal da preparação da tropa para a missão de paz, o CCOPAB, se tornara referência como Centro de Instrução nesse tipo de adestramento, servindo como modelo para a criação de um centro voltado para as operações de GLO, no Brasil, o CIOpGLO. Como foco desse trabalho, foram analisados os reflexos das lições aprendidas, durante a participação do Exército Brasileiro, na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e os seus desdobramentos para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem, no período de 2004 a 2017. Cabe destacar, que essa análise não teve por finalidade a melhoria da doutrina em operações de GLO, mas sim, por meio do estudo, destacar a modernização da mesma e do adestramento, para o preparo e emprego da tropa em futuras missões. Desse modo, foi elaborada uma introdução que objetivou ambientar o leitor sobre o momento histórico vivido pelo Exército e os amparos legais para a participação do Brasil nesses tipos de missão. No desenvolvimento, foi abordado a participação do EB na MINUSTAH, com vistas ao preparo e emprego da tropa. Em seguida, foi analisado o adestramento operacional e a participação do EB em operações de GLO, no período de 2004 a 2017, com foco nos reflexos causados pela sua participação na missão em solo haitiano e, por último, como conclusão, foram apresentados os reais impactos dessa participação para as missões de GLO que o Exército Brasileiro participou no espaço temporal considerado.

Palavras-chave: Participação do EB na MINUSTAH; Reflexos; Operação de GLO.

ABSTRACT

From 2004 onwards, the Brazilian Army became part of the United Nations Mission for the Stabilization of Haiti, with which new challenges arose. In this context, there is a growing need for doctrinal updating and constant improvements in the troop training process to fulfill the United Nations mandate. The projection of Brazilian success in the international scenario made the Land Force return, also, its training and doctrinal revision to the Law and Order Guarantee Operations, taking advantage of the expertise of the employed military personnel. Parallel to this, there was an increase in the demand for EB employment in this type of operation. Thus, the backbone of the troops' preparation for the peace mission, CCOPAB, had become a reference as an instruction center in this type of training, serving as a model for the creation of a center focused on GLO operations in Brazil, the CIOpGLO. As a focus of this work, the reflexes of the lessons learned, during the participation of the Brazilian Army, in the United Nations Mission for Stabilization of Haiti (MINUSTAH) and its consequences for Law and Order Guarantee Operations, during the period of 2004 to 2017. It should be noted that this analysis was not intended to improve doctrine in GLO operations, but, through the study, to highlight its modernization and training, for the preparation and employment of troops in future missions . In this way, an introduction was elaborated that aimed to acclimate the reader about the historical moment lived by the Army and the legal support for Brazil's participation in these types of missions. In development, EB participation in MINUSTAH was addressed, with a view to preparing and employing the troops. Then, the operational training and the participation of EB in GLO operations, from 2004 to 2017, were analyzed, focusing on the reflexes caused by their participation in the mission on Haitian soil and, finally, as a conclusion, the reals were presented impacts of this participation for the GLO missions that the Brazilian Army participated in the considered timeframe.

Keywords: EB's participation in MINUSTAH; Reflexes; GLO Operation.

LISTA DE ABREVIATURAS

1º BIS (Amv)	1º Batalhão de Infantaria de Sel Aeromóvel
28º BIL	28º Batalhão de Infantaria Leve
BPE	Batalhão de Polícia do Exército
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CI Op GLO	Centro de Instrução em Operações de Garantia da Lei e da Ordem
CI Op Paz	Centro de Instrução de Operações de Paz
CS	Conselho de Segurança
Div	Divisão
EAOP	Exercício Avançado de Operações de Paz
EB	Exército Brasileiro
EBOP	Exercício Básico de Operações de Paz
EME	Estado Maior do Exército
FMI	Força Multinacional Interina
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GM	Guerra Mundial
Gen	General
IGTAEx	Instruções Gerais de Tiro com Armamento do Exército
Log	Logístico
Mdt O	Mediante Ordem
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MIF	Força Multinacional Interina
ONU	Organização das Nações Unidas
Op	Operação
OSP	Órgãos de Segurança Pública
PBCV	Posto de Bloqueio e Controle de Vias
PNH	Polícia Nacional do Haiti

PF	Ponto Forte
Port	Portaria
Seg	Segurança
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TTP	Táticas, Técnicas e Procedimentos
VICA	Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Missões de GLO do EB de 2004 a 2017.....23

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO** 13

2 **METODOLOGIA** 15

3 **A MINUSTAH** 16

3.1 A PARTICIPAÇÃO DO EB NA MINUSTAH 19

4 **O ADESTRAMENTO OPERACIONAL E A PARTICIPAÇÃO DO EB EM OPERAÇÕES DE GLO, NO PERÍODO DE 2004 A 2017** 21

5 **OS REFLEXOS DAS LIÇÕES APRENDIDAS NA MINUSTAH PARA O ADESTRAMENTO OPERACIONAL DO EB NAS OPERAÇÕES DE GLO** 41

6 **CONCLUSÃO** 45

REFERÊNCIAS 47

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará os reflexos das lições aprendidas, durante a participação do Exército Brasileiro, na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e os seus desdobramentos para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem, no período de 2004 a 2017, com enfoque para o preparo e o emprego da tropa.

Em consonância com o Artigo 4º da Carta Magna, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais dentre outros, pelo princípio da solução pacífica dos conflitos, o que rendeu ao país a liderança na MINUSTAH ao longo dos 13 anos de missão, permitindo angariar expertise nesse tipo de operação e projetar o Brasil no cenário internacional.

Existe uma lacuna no debate doutrinário e na discussão com a sociedade sobre as implicações do envolvimento brasileiro em missões com mandatos para o uso da força, o que leva a alguns dilemas e ambiguidades em relação ao que o país entende como sendo o seu papel no campo das operações de paz (PEREIRA, 2018, p.1).

A minuciosa e elevada preparação dos militares para a missão permitiu uma revisão e adaptação da doutrina e modernização dos equipamentos de emprego militar, contribuindo para o sucesso da missão, em virtude da capacidade de trabalho e liderança.

A experiência nesse tipo de operação permitiu ao Exército Brasileiro uma renovação da doutrina no ambiente nacional, possibilitando o emprego de tropa nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) de maneira mais eficaz.

As mudanças ocorridas nas Operações de Manutenção da Paz desencadeadas no século XXI contribuíram significativamente para um novo processo de planejamento, preparo e emprego de tropas do Exército Brasileiro (GUEDES, 2019, p. 6).

As missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) são realizadas exclusivamente por ordem expressa da Presidência da República e ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem. São reguladas pela Constituição Federal, em seu artigo 142, pela Lei Complementar 97, de 1999, e pelo Decreto 3897, de 2001.

Para que haja uma Operação de GLO é necessário que o emprego da Força seja esporádico e limitado, após o esgotamento dos instrumentos destinados à

preservação da ordem pública. Assim sendo, salvo melhor juízo, as Forças Armadas estão sendo empregadas em Operações de GLO desde 1992, quando houve esta necessidade no apoio as Forças de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro na conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como ECO-92 (DÓRIA, 2018, p. 24).

Como exemplos de emprego do EB na Garantia da Lei e da Ordem, têm-se as operações de pacificação em diferentes comunidades do Rio de Janeiro, o uso de tropas federais nos estados do Rio Grande Norte e do Espírito Santo.

Além disso, operações de GLO são adotadas para assegurar a tranquilidade e lisura de processos eleitorais em município sob risco de perturbação da ordem.

Considerando a existência considerável de bibliografia demonstrando a participação do Exército Brasileiro em Missões de Paz e Operações de Garantia da Lei e da Ordem, esta pesquisa se depara com o seguinte problema:

Em que medida as lições aprendidas na MINUSTAH contribuíram para a renovação da doutrina para o preparo e emprego de tropa do EB em Operações de Garantia da Lei e da Ordem?

O presente estudo esteve limitado à participação do Exército Brasileiro na MINUSTAH e em Operações de Garantia da Lei e da Ordem ocorridas no período de 2004 a 2017, analisando prioritariamente os reflexos das lições aprendidas na referida missão de paz para a modernização da doutrina e adestramento da tropa.

Assim sendo, a participação do Exército Brasileiro na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) exigiu uma revisão na doutrina e no adestramento da tropa para enfrentar o novo desafio que se vislumbrava, permitindo uma melhor preparação dos militares.

Cada contingente permanecia no Haiti por aproximadamente seis meses, realizando inúmeras operações, com destaque para as do tipo polícia. Tal fato dava à tropa uma expertise nessas missões, por estarem em constante emprego naquele país.

A partir do ano de 2008, o Exército Brasileiro passou a cumprir, em maior quantidade, decretos de GLO. Este cenário impôs uma atenção especial quanto a conduta, preparação e emprego da tropa, haja vista a evolução dos meios de comunicação e as constantes mudanças do mundo globalizado.

A fim de mitigar os possíveis problemas que porventura surgissem nas Operações de GLO, o EB buscou utilizar a expertise dos militares que atuaram na MINUSTAH, seja na revisão da doutrina, seja no adestramento.

Sendo assim, esta conjuntura torna imperiosa uma minuciosa análise dos reflexos das lições aprendidas na MINUSTAH e os seus desdobramentos para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem no Brasil, enfatizando a modernização da doutrina e do adestramento, para o preparo e emprego da tropa.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, descritiva, explicativa e bibliográfica, seguindo a taxionomia de Vergara (2009).

A pesquisa é qualitativa, visto que se fundamentou na procura subjetiva de fontes de informação, desde as rasas até as mais profundas, em diversas áreas. O tratamento dos dados se deu de forma não estatística. Como consequência, foi empregada a técnica de análise de conteúdo, que permitiu obter significados apurados do conhecimento levantado.

Descritiva porque pretendeu evidenciar os assuntos relacionados aos reflexos das lições aprendidas na MINUSTAH para a modernização da doutrina e do adestramento em Operações de GLO.

Explicativa porque visou justificar os motivos pelos quais se chegaram a determinadas conclusões sobre os reflexos e os impactos dessa experiência militar brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, considerando-se a renovação doutrinária, bem como o preparo e o emprego da tropa em missões de Garantia da Lei e da Ordem, particularmente no período de 2004 a 2017.

Bibliográfica porque, conforme o Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército) (2012), a coleta de dados do presente trabalho de conclusão de curso teve sua fundamentação teórico-metodológica baseada na investigação de documentos oficiais, livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, redes eletrônicas de acesso livre ao público em geral, monografias, teses e dissertações, sempre buscando informações pertinentes ao assunto. As conclusões decorrentes desta pesquisa permitiram analisar os reflexos das lições aprendidas na MINUSTAH e os seus desdobramentos para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

O método escolhido possuía limitações para o desenvolvimento dessa monografia, pois se tratava de uma pesquisa bibliográfica e baseava-se em aspectos qualitativos, pressupondo uma interpretação dos fenômenos, para que se chegasse a uma conclusão. Além disso, alguns dados foram coletados por meio da observação do autor do estudo, devido ao fato de ter integrado o 9º Contingente da MINUSTAH, quando servia no 1º BIS (Amv), no ano de 2008.

A análise dos dados esteve limitada às consultas realizadas pelo autor, que buscou a maior variação possível, reduzindo as chances de ocorrência de interpretações equivocadas e permitindo que o conhecimento produzido tivesse credibilidade suficiente para que os objetivos dessa pesquisa fossem plenamente atingidos.

A seguir, será apresentado o resultado da análise dos reflexos das lições aprendidas na MINUSTAH e os seus desdobramentos para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem executadas pelo EB, no período de 2004 a 2017, com ênfase no preparo e no emprego da tropa.

3 A MINUSTAH

Para entender o que é MINUSTAH e como surgiu, faz-se necessário fazer um breve apanhado sobre a ONU.

Nesse sentido, segundo MIGON (2017), os fatores relacionados à dicotomia entre a guerra e a paz vêm sendo estudados por diferentes áreas do conhecimento, a exemplo da filosofia, ciência política, direito, ciências militares e relações internacionais. Também por diferentes campos de estudos, a exemplo dos estudos de defesa, estudos estratégicos e estudos de área. Desde Hugo Grotius até Norberto Bobbio (MIGON, 2017), passando por Clausewitz (HOWARD, 2002), alargado rol de pensadores e perspectivas têm sido trazidos a lume.

A preocupação internacional em estruturar e manter uma organização supranacional capaz de cooperar com a busca e fortalecimento da paz internacional é percebida desde o início do século XX. Nesse contexto, surge a Liga das Nações (1919), no âmbito da qual o Brasil prontamente se fez presente (PINHEIRO DA CUNHA; MIGON; VAZ, 2014), e mais tarde, substituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), organismo internacional que se dedica, até os dias de hoje, dentre outros, aos assuntos correlatos da segurança internacional.

Para atingir os objetivos propostos para a segurança internacional, a ONU iniciou suas missões de paz no pós 2ª Guerra Mundial (GM), em 1948, estendendo-se até os dias atuais. Ao longo desses anos, sua doutrina de operações evoluiu de acordo com o ambiente internacional existente em cada época, revitalizando-se até a maneira como está sendo empregada nos dias atuais (BELLAMY, 2004).

A proteção das pessoas foi um dos principais motivos que alavancaram a transformação das missões de paz, evoluindo para uma melhor gestão dos conflitos, e não mais para a simples resolução dos mesmos. O objetivo principal das missões de paz passa a ser a questão humanitária, norteando o trabalho dos profissionais da ONU (KENKEL, 2013).

Conforme MIGON (2017), as ações da ONU voltaram a ganhar força com o término da Guerra Fria, acarretando no "descongelamento" das ações da ONU no cenário global. Tal fato impulsionou as operações de paz, forçando criar novas Táticas, Técnicas e Procedimentos (TTP), utilizando-se dos relatórios das missões passadas, o que proporcionou mudanças na concepção de emprego dos chamados "Peacekeepers" — as tropas das Nações Unidas. Tudo isso favoreceu o surgimento da chamada 2ª Geração das operações de paz.

O cenário internacional após a Guerra Fria gerou condições para o surgimento de conflitos que não expressavam mais uma rivalidade entre Estados, mas sim uma fricção no ambiente interno estatal, quer seja nas etnias, nas facções e até em grupos de pessoas que não aceitavam mais viver juntos (LA MAISONNEUVE, 1998).

O crescente número de autorizações de missões pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas - CSNU, cada vez mais complexas, abarcando várias funções e atividades, permitiu uma evolução das chamadas operações de paz de 2ª Geração[1] para as de 3ª Geração, as quais iniciaram no final da década de 1990 e se estendem até os dias atuais. A diferença mais flagrante de uma para outra é a autorização do uso da força pelas tropas da ONU, nas de 3ª Geração, possibilitando atingir os objetivos propostos pelo mandato.

Nessa atmosfera do mundo volátil, incerto, complexo e ambíguo, surgem as operações de paz de 4ª Geração. Para Barnett, há três dimensões de *peacebuilding* pós-conflito: 1) criação de estabilidade; 2) restauração de instituições estatais; e 3)

[1] As operações de paz de 2ª Geração são *mandatos orientados à prestação de ajuda humanitária, verificação da situação dos direitos humanos, policiamento ostensivo, supervisão de eleições, auxílio à administração pública, restauração da infraestrutura e do setor econômico, além dos objetivos tradicionais*.

direcionamento das dimensões socioeconômicas do conflito (BARNETT; ZURCHER, 2009). Assim, a 4ª Geração passou a ser conhecida como operações de construção da paz.

É nesse contexto do VICA (volátil, incerto, complexo e ambíguo) que se enquadram as operações de paz proposta para o Haiti, a MINUSTAH (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti).

A Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) foi criada, em 30 de abril de 2004, pela Resolução de 1.542 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, substituindo a Força Multinacional Interina (MIF), criada pela Resolução 1.529.

A MINUSTAH, segundo a Resolução do CS, recebeu os seguintes objetivos:

1) substituir a MIF, no período de 01 a 30 Jun 04;

2) apoiar a PNH no controle de armas, na implementação de medidas de segurança pública e no desarmamento de grupos revoltosos;

3) apoiar na restauração da lei e da ordem no Haiti;

4) proteger o pessoal da ONU e suas instalações e equipamentos, garantindo sua liberdade de movimento;

5) apoiar a realização de eleições municipais, parlamentares e presidenciais;

6) proteger civis e grupos vulneráveis contra a violação dos direitos humanos; e

7) apoiar as atividades de assistência humanitária.

A quarta Operação de Paz da ONU para o Haiti contou com um fator surpresa: o Brasil, que nunca tinha participado de uma operação de paz no Haiti. (VALLER FILHO, 2007).

A missão dos contingentes do EB na MINUSTAH consistia em conduzir operações militares com a finalidade de contribuir para a obtenção de condições de segurança satisfatórias e para o restabelecimento da normalidade institucional do Haiti, considerando a estrita obediência aos aspectos culturais, históricos e legais do país, bem como todo o respeito à população.

3.1 A PARTICIPAÇÃO DO EB NA MINUSTAH

A participação do Brasil em missões de paz vem trazendo crescente prestígio às relações internacionais do Estado e à Força Terrestre, aumentando a projeção nacional no cenário mundial.

Cabe destacar que o Brasil tem sido solicitado a cooperar com a ONU na participação em Operações de Paz, e vem atendendo, na medida do possível, motivado, não apenas pela solidariedade e pelo compromisso com a paz mundial, mas também pelos seus objetivos como Nação, principalmente quanto ao aumento de sua influência no cenário global. (LIMA, 2017).

Segundo LESSA (2007), ao se analisar a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, pode-se perceber que o Exército Brasileiro constitui-se em um ator inserido num processo de implementação de política de segurança, especificamente, numa ação inicialmente denominada de imposição da paz que, depois de seu desdobramento, passou a ser classificada como manutenção da paz.

NASSER (2012) afirma que o processo decisório para o Exército Brasileiro (EB) integrar a MINUSTAH foi baseado na prestação de solidariedade a um país da zona de influência brasileira e no aumento do perfil de atuação multilateral do Brasil, principalmente com a disposição da comunidade internacional em delegar aos brasileiros a responsabilidade pela liderança do componente militar da Missão, proporcionando reaparelhamento das tropas brasileiras e a reconfiguração do papel institucional dos militares no cenário internacional.

O Haiti foi o passaporte para o Brasil projetar sua liderança no espaço regional e internacional. Nesse sentido, MACHADO (2009) afirma que a inserção do País no contexto global se processa nos diversos campos do poder, com destaque ao militar, por meio das Forças Armadas, onde se buscou a cooperação e integração nos assuntos de Defesa no ambiente regional e global. Tal fato permitiu o desenvolvimento de capacidades do Estado.

A missão no Haiti registra o maior contingente brasileiro em missões de paz de toda história. A MINUSTAH é a maior contribuição brasileira em operações de paz. Aguilar relaciona o protagonismo brasileiro no Haiti à ação da diplomacia solidária brasileira, na qual o Brasil soube estimular a atuação de outros Estados em território haitiano, todos movidos pelo “dever de consciência” (AGUILAR, 2015).

Nesse escopo, o Exército Brasileiro, do ano de 2004 até 2017, enviou 26 contingentes, contando, no último ano, com cerca de 980 militares de um total de 2.342 militares no Haiti.

Sobre a expressão militar, THEODORO (2007) enfatiza que o interesse brasileiro, em participar de operações de paz, estabelece a necessidade de suas Forças Armadas intensificarem o seu treinamento de modo a estarem prontas para qualquer eventualidade. Tal fato foi proporcionado, também, pelos exercícios básico (EBOP) e avançado (EAOP) em operações de paz, nos quais todos os militares brasileiros integrantes da missão colocavam em prática os ensinamentos colhidos, retificando ou ratificando seus respectivos adestramentos.

A participação do Brasil na MINUSTAH trouxe grandes vantagens ao adestramento operacional do Exército Brasileiro (EB). DIAS (2010) afirma que hoje cerca de 10% do efetivo permanente tem experiência profissional em missão de paz. Enfatiza, ainda, que este percentual está distribuído praticamente em quase todas as organizações militares do território nacional, tornando-se assim um vetor de irradiação de conhecimento. Tal fato apresenta inúmeras vantagens e ensinamentos.

Nesse sentido, o INSTITUTO IGARAPÉ (2018b) relata que a participação do Brasil na MINUSTAH serviu como marco no desenvolvimento operacional do EB. Ao longo dos 13 anos, significativa parcela do efetivo da Força Terrestre, participou dessa importante missão da ONU, mediante rodízios semestrais envolvendo Brigadas e Comandos Militares de Área.

Devido às peculiaridades do Haiti, o envio de militares brasileiros para a MINUSTAH também serviu, segundo LESSA (2007), como um treinamento das Forças Armadas para, eventualmente, enfrentar situações de repressão à criminalidade no Brasil, como no Rio de Janeiro, segundo o Ministério da Defesa, e para futuras ações do tipo, em caso de novo pedido pela ONU.

Para NASSER (2012), no início, a MINUSTAH não se tratou de uma missão de paz clássica, mas sim de uma missão complexa de violência urbana generalizada, que requeria uma tropa muito bem treinada, devido à presença de civis no contexto de um cenário urbano, principalmente em Porto Príncipe, onde a maioria das tropas estava desdobrada. Os primeiros contingentes brasileiros precisaram readaptar a sua forma de atuação, desenvolvendo táticas, técnicas e procedimentos para enfrentar um ambiente hostil.

A experiência brasileira no Haiti em operações urbanas teve grande valia do ponto de vista operativo do combate moderno. Cada vez mais, os conflitos atuais se afastam do ambiente rural para o interior das cidades. Para esta assertiva, basta observar o ambiente das guerras recentes travadas no Afeganistão, no Iraque, na Líbia, entre outros, onde os embates se deram pela disputa do controle das cidades em um ambiente de operações no amplo espectro. (TORREZAN, 2016).

Sob este ponto de vista, de acordo com CABRAL (2013), o ambiente operacional tipicamente urbano do Haiti permitiu o aperfeiçoamento da Doutrina Militar brasileira, segundo regras de engajamento claras. Tais ensinamentos foram aproveitados em 2010, quando o EB foi chamado a participar das Operações Arcanjo - de Ocupação do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Nesse novo cenário, o Rio de Janeiro se assemelha às características encontradas no Haiti, facilitando o emprego das tropas que já tinham passado pela MINUSTAH. A existência de tropas experientes contribuiu para o êxito na missão, diminuindo incidentes junto à população local.

Corroborando esta ideia, DIAS (2010) ressalta que as experiências adquiridas na MINUSTAH proporcionaram ao EB o embasamento para a geração e a produção de conhecimento, na prática em Operações de Garantia da Lei e da Ordem e em Operações Psicológicas. Tais operações possibilitaram a motivação profissional e o incremento de experiências, agregando conhecimento militar e novas culturas. Acrescentando ainda, neste contexto, a valorização profissional dos militares e o aumento do moral da tropa. (DIAS, 2010).

De forma geral, conclui-se, parcialmente, que a participação do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti revela um cenário fecundo para o aperfeiçoamento do adestramento e da doutrina militar terrestre no tocante a operações dessa natureza, obrigando o EB a evoluir na preparação das tropas e manter os efetivos militares em adestramento constante. Tal fato trouxe um reaparelhamento da Força, aumentando a capacidade militar.

4 O ADESTRAMENTO OPERACIONAL E A PARTICIPAÇÃO DO EB EM OPERAÇÕES DE GLO, NO PERÍODO DE 2004 A 2017

Antes de falar sobre a participação do EB em operações de GLO, cabe definir o que é operação de GLO.

> Segundo o manual EB70-MC-10.223 – Operações, 5ª edição – 2017, do Exército Brasileiro, Garantia da Lei e da Ordem é uma operação militar conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado. Está enquadrada dentro das operações de cooperação e coordenação com agências. Tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Ocorre nas situações em que houver o esgotamento dos instrumentos previstos no art. 144 da Constituição ou nas que se presuma ser possível a perturbação da ordem.

Ela ocorrerá de acordo com as diretrizes presidenciais que formalizarão esse emprego e transmitirão diretamente ao Ministro de Estado da Defesa que estabelecerá

a missão, as condicionantes do emprego, os órgãos envolvidos e outras informações necessárias.

Ainda, segundo o manual de Operações, no contexto da GLO, existe o conceito de segurança integrada, que tem o objetivo de estimular e caracterizar maior participação e integração de todos os setores envolvidos, abrangendo ações preventivas e repressivas, através do Plano de Segurança Integrada. O plano deve prever a participação dos órgãos de Segurança Pública, órgãos do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e outros órgãos ou agências afins e de interesse da operação.

Segundo Dória (2018), após a Constituição federal de 1988, as Forças Armadas estão sendo empregadas em Operações de GLO, desde 1992, quando houve esta necessidade no apoio as Forças de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro na conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como ECO-92 (JUN92).

No entanto, foi, principalmente, a partir de 2004 que o número de diretrizes presidenciais para emprego de tropa começou a aumentar. Isso se deve também pelo fato de que o sucesso das Operações no Haiti começou a reverberar no cenário internacional, naquele ano, fazendo com que os pontos positivos daquela operação fossem absorvidos e aplicados dentro do território nacional nas operações de GLO.

Para se ter uma análise real das missões de GLO que o Exército Brasileiro participou, de 2004 a 2017, veja a tabela:

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
1	04	CML	POLÍCIA FEDERAL	RIO DE JANEIRO	Ficar ECD substituir a Polícia Federal no exercício de suas funções.
2	04	CMA	MAMORÉ	RONDÔNIA	Combate ao Crime Organizado em Rondônia / RO.
3	04	CMSE	XI UNCTAD	SÃO PAULO	Prover a segurança da Reunião da ONU para o Comércio e desenvolvimento.
4	04	CMNE	PIAUÍ	PIAUÍ	Conduzir operações militares no Estado do Piauí, com prioridade para cidade de Teresina, a fim de cooperar com a manutenção da ordem pública e de preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio do estado.
5	04	CML	MINAS GERAIS	MINAS GERAIS	Conduzir operações militares no Estado de Minas Gerais, com prioridade para cidade de Belo Horizonte, a fim de cooperar com a manutenção da ordem pública e de preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio do estado.
6	04	CMA	TIMBÓ	FAIXA DE FRONTEIRA CMA	Atuar na Fx de Fronteira com respaldo da LC 117, paralelamente à Rlz das Op Combinadas do MD.
7	04	CMNE	MUNDAÚ	MACEIÓ	Exercício de GLO da 10º Bda Inf Mtz na Cidade de Maceió.
8	05	CMA	IBAMA	AMAZÔNIA LEGAL	Apoio Log e Seg das ações do IBAMA para prevenção e Controle do desmatamento da Amazônia Legal.

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
9	04	CMO	JAURU II	FAIXA DE FRONTEIRA DO CMO	Emprego de tropa contra ilícitos transfronteiriços.
10	04	Todos os C Mil A	ELEIÇÕES		Empregar meios da Força Terrestre em apoio ao TSE, a fim de contribuir para a realização das Eleições/2004, executando apoio logístico e ações de garantia da lei e da ordem.
11	04	CML	VITÓRIA	VITÓRIA	Conduzir operações militares no Estado do Espírito Santo, inicialmente na cidade de Vila Velha, a fim de cooperar com a manutenção da ordem pública e de preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio do estado.
12	04	CML	ZINCO	RIO DE JANEIRO	Fazer a segurança da XVIII reunião do Grupo do Rio.
13	04	CMA	ELEIÇÕES 2	BOCA DO ACRE	Assegurar a realização de novas eleições por irregularidades no 1º pleito.
14	04	CML	OURO PRETO	BELO HORIZONTE e OURO PRETO	Planejar, executar, coordenar e controlar as ações de segurança de área, pertinente à XXVII Reunião do Conselho do Mercosul em BH e Ouro Preto, a fim de garantir a segurança necessária à realização do evento.
15	05	CMA	PARÁ	PARÁ	Apoiar, a partir de 17 Fev 05. As ações de Polícia Federal, da Polícia Militar e da Polícia Civil do Pará,

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
					nas atividades de apoio logístico, segurança, inteligência, bem como no apoio às operações de busca e apreensão.
16	05	CMP	ASPA	BRASÍLIA	Reunião de Cúpula entre países da América do Sul e países Árabes.
17	05	CMO	JAURU III	CMO	Emprego de tropa contra ilícitos transfronteiriços.
18	05	CMA	TIMBÓ	FAIXA DE FRONTEIRA CMA	Atuar na Fx de Fronteira com respaldo da LC 117, paralelamente à Rlz das Op Cbn do MD.
19	05	CMA	RAPOSA SERRA DO SOL	RORAIMA	Prestar Ap Log, de comunicações, e inteligência à PF e PRF de RO.
20	05	CMNE	CAFÉ	SALVADOR	II Conferência Mundial do Café em Salvador.
21	05	Todos os C Mil A	REFERENDO		Referendo sobre o desarmamento.
22	05	CMP	CASA	BRASÍLIA	Segurança da I Reunião de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações em Brasília.
23	06	CML	ABAFA	SÃO CRISTÓVÃO RIO DE JANEIRO	Realizar operações de busca e apreensão com finalidade de recuperar 10 (dez) fuzis FAL e 01 (uma) pistola 9 mm roubadas do Estabelecimento Central de Transportes (ECT), do Exército Brasileiro, em São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro no dia 03 Mar 06.

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
24					Cumprir mandados de busca e apreensão expedidos pela justiça militar para recuperar armamento roubado do ECT.
25	06	CMS	CURITIBA	CURITIBA	Coordenar a segurança da 3ª Reu Prot Cartagena sobre Biossegurança e a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, nos períodos de 13 a 17 Mar 06 e 20 a 31 Mar 06.
26	06	CMNE	CRISTALÂNDIA	CRISTALÂNDIA	Prover a segurança em apoio ao TSE em ações de GLO, nas eleições, para prefeito e vice-prefeito, no município de Cristalândia do Piauí/PI.
27	06	CMA	SURUMU (TIRSS)	SURUMU	Apoio Log , de Com e de Intlg aos Órgãos de Segurança Pública e governamentais (PRF, PF, INCRA IBAMA).
28	06	CMA	TUCURUÍ	PARÁ	Realizar a segurança das instalações da hidrelétrica de Tucuruí. Solicitação GSI / PR.
29	06	CML	RELÂMPAGO	MINAS GERAIS	Garantir a integridade da subestação de Furnas.
30	06	CMS	FRONTEIRA SUL I	FOZ DO IGUAÇU e CASCAVEL	A fim de cooperar com a Receita Federal à repressão de ilícitos transfronteiriços, atuar isoladamente ou integrado e apoiado por elementos dos Órgãos de Segurança Pública (OSP), no período de 11 a 23

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
					setembro de 2006, estabelecendo Postos de Apoio à Repressão de Ilícitos na Fronteira (PARIFron) permanentes, no eixo da rodovia Br 277, sentido FOZ DO IGUAÇU-CASCAVEL e na estrada secundária entre os municípios de SANTA TEREZINHA DO ITAUPÚ e SÃO MIGUEL DO IGUAÇU.
31	06	CMSE	SÃO PAULO	SÃO PAULO	Convênio com o Governo do Estado de São Paulo executando missões de transporte de tropas da Polícia Militar de São Paulo (PMSP) e da Secretaria de Segurança Pública Estadual, e demais operações aeromóveis de apoio logístico.
32	06	CMA	TIMBÓ	FAIXA DE FRONTEIRA CMA	Atuar na Fx de Fronteira com respaldo da LC 117, paralelamente à Rlz das Op Combinadas do MD.

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
33	06	CMO	IGUATEMI	AMAMBAI CORONEL SAPUCAIA PARANHOS TACURU JAPORÃ SETE QUEDAS IGUATEMI	A fim de cooperar na garantia do estado democrático de direito, da paz social e da ordem pública no sul do estado de MS, atuar, Mdt O, na área de pacificação IGUATEMI, abrangida pelos municípios de AMAMBAI, CORONEL SAPUCAIA, PARANHOS, TACURU, JAPORÃ, SETE QUEDAS e IGUATEMI, realizando ações e medidas de GLO, particularmente, operações tipo polícia, operações psicológicas, atividades de inteligência e de comunicação social. Desenvolver ações que garantam o controle impeçam ou inibam a utilização da Área de Pacificação IGUATEMI pelo crime organizado e seus representantes, preservando a confiança e os altos índices de aprovação do Exército junto à sociedade brasileira.

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
34	06	CMS	FRONTEIRA SUL II	FOZ DO IGUAÇU E CASCAVEL	A fim de cooperar com a Receita Federal à repressão de ilícitos transfronteiriços, atuar isoladamente ou integrado e apoiado por elementos dos Órgãos de Segurança Pública (OSP), no período de 11 a 23 Set 06, estabelecendo Postos de Apoio à Repressão de Ilícitos na Fronteira (PARIFron) permanentes, no eixo da rodovia Br 277, sentido FOZ DO IGUAÇU-CASCAVEL e na estrada secundária entre os municípios de SANTA TEREZINHA DO ITAUPÚ e SÃO MIGUEL DO IGUAÇU.
35	06	Todos os C Mil A exceto CML e CMSE	ELEIÇÕES		Empregar meios da força terrestre em apoio ao TSE, a fim contribuir para a realização das eleições 2006, executando apoio logístico e ações de garantia da votação e apuração das eleições necessárias à realização previstas para os dias 01 (1º turno) e 29 de outubro de 2006 (2º turno).

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
36	06	CMS	FRONTEIRA SUL III	FOZ DO IGUAÇU e CASCAVEL	A fim de cooperar com a Receita Federal na repressão de ilícitos transfronteiriços, atuar isoladamente ou integrado e apoiado por elementos dos Órgãos de Segurança Pública (OSP), no período de 16 Out 06 a 28 Out 06, estabelecendo Postos de Apoio à Repressão de Ilícitos na Fronteira (PARIFron) permanentes, no eixo da rodovia Br 277, sentido FOZ DO IGUAÇU-CASCAVEL e na estrada secundária entre os municípios de SANTA TEREZINHA DO ITAIPÚ e SÃO MIGUEL DO IGUAÇU.
37	07	CML	ALERTA	RIO DE JANEIRO	Apoiar os Órgãos Encarregados pela Seguança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Manter tropa valor Unidade, em situação de prontidão, ficando em condições de, Mdt O, atuar em áreas determinadas do município do Rio de Janeiro e adjacências, de forma a garantir a segurança nos deslocamentos e de áreas específicas, conforme solicitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro e Governo Federal, confome a diretriz 002/Plj (Op Alerta) de 05 Jan 2007, do CML.

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
38	07	CML	CÚPULA DO MERCOSUL	RIO DE JANEIRO	Realizar as medidas necessárias à execução da segurança da reunião da cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, atuando nas áreas e logradouros públicos de interesse para as atividades, fornecendo segurança, em coordenação com a Marinha do Brasil, Força Aérea Brasileira, departamento de polícia federal e com os órgãos de segurança pública do Estado e do Município do Rio de Janeiro.
39	07	CML	ENTORNO	RIO DE JANEIRO	Intensificar a segurança nas vias urbanas no perímetro externo das Organizações Militares operacionais do Exército Brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro e municípios vizinhos, realizando patrulhamento a pé e motorizado.
40	07	CMSE	ALIANÇA	SÃO PAULO	Planejar, coordenar e executar, em conjunto com os diversos órgãos públicos, as medidas preventivas e operativas para garantir a segurança do Presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush e de sua comitiva, durante sua

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
					visita à cidade de São Paulo/SP.
41	07	CMO	ATALAIA 2	FAIXA DE FRONTEIRA DO CMO	Cooperar com o Comando Militar do Oeste na repressão a ilícitos na fronteira oeste, atuar, por meio de ações preventivas e operativas, contra delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo.
42	07	CMS	INVERNADA	TRÊS BARRAS	Operação na área do Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH), em Três Barras/SC, com finalidade de retirar invasores do referido campo.
43	07	CMS	FRONTEIRA SUL	BRASIL-PARAGUAI e BRASIL-ARGENTINA.	A fim de cooperar na repressão aos ilícitos transfronteiriços, estabelecer Postos de Apoio à Repressão de Ilícitos na Fronteira (PARIFron), mobiliados com o efetivo de um pelotão, na faixa lindeira entre BRASIL-PARAGUAI e BRASIL-ARGENTINA.
44	07	CMSE	ARCANJO	SÃO PAULO e APARECIDA	Prover a segurança do Papa Bento XVI entre os dias 09 e 11 de maio 07 na cidade de são Paulo, e entre os dias 11 e 13 de maio 07 na região da cidade de Aparecida. Coordenar e executar, permanentemente as

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
					ações e as medidas de segurança nos locais dos eventos e ao longo dos itinerários.
45	07	CMA	BARRAGEM	PARÁ	Realizar a segurança das instalações da hidrelétrica de Tucurí face às ações do MAB. Solicitação GSI / PR.
46	07	CMNE	EXERCÍCIO DE GLO	ITAPARICA	Adestrar a tropa, com a finalidade de realizar exercício em áreas e instalações sensíveis, dentro do contexto de uma operação de GLO, na Usina de Itaparica - BA.
47	07	CMA	Op GARIMPO TUCANO	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	Prover segurança de funcionários da FUNAI na retirada de garimpeiros das terras Yanomami.
48	10	CML	ARCANJO I	RIO DE JANEIRO	Apoiar os OSP do estado do RJ, no combate a criminalidade no complexo de favelas na cidade do RJ.
49	11	CMP	TAGUATINGA	TAGUATINGA	Recuperação de Material da Fazenda Nacional (Viatura, Pst 9mm e munição).
50	11	CMNE	MARANHÃO	MARANHÃO	Conduzir operações militares no estado do MA, a fim de cooperar com a manutenção da ordem pública.
51	11	CMA	PLEBISCITO	PARÁ	Executar Op Logística e de segurança durante consulta popular no estado do Pará.
52	11	CMA	HILÉIA PÁTRIA	PARÁ	Apoiar o IBAMA nas ações de repressão a ilícitos.

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
53	11	CMNE	BARRAGEM	DELMIRO GOUVEIA	Ocupar Hidrelétrica de Paulo Afonso.
54	11	CMO	KAYABI	ALTA FLORESTA	Reconhecimento e demarcação da Reserva Kayabi na região de Alta Floresta.
55	11	CML	ARCANJO II	RIO DE JANEIRO	Apoiar os OSP do estado do RJ, no combate a criminalidade no complexo de favelas na cidade do RJ.
56	11	CML	ARCANJO III	RIO DE JANEIRO	Apoiar os OSP do estado do RJ, no combate a criminalidade no complexo de favelas na cidade do RJ.
57	11	CML	ARCANJO IV	RIO DE JANEIRO	Apoiar os OSP do estado do RJ, no combate a criminalidade no complexo de favelas na cidade do RJ.
58	11	CMO	SINOP	SINOP-MT	Realizar Op GLO na área de Alta Floresta-MT junto do IBAMA no combate ao desmate ilegal.
59	11	CMO	ARAGARÇAS	ALTO BOA VISTA-MT	Apoio logístico a órgãos federais em ações de desintrusão na terra indígena Maraiwatdese na região de Alto Boa-Vista, MT.
60	11	CMO	ARCO VERDE	ALTA FLORESTA-MT	Realizar Op GLO na área de Sinop, Cláudia, Confresa, Alta Floresta junto do IBAMA e outros órgãos federais no combate a delitos ambientais.
61	11	CMA	RONDÔNIA	RONDÔNIA	Atuar na GLO para preservação da Ordem Pública.

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
62	11	CMP	CÚPULA DO MERCOSUL	BRASÍLIA-DF	Garantir a Lei e a Ordem durante Reunião da Cúpula dos Estados do MERCOSUL.
63	11	CML	JIMM	RIO DE JANEIRO-RJ	Prover Seg nas áreas desportivas e de alojamento das delegações participantes dos V JMM, nas cidades do Rio de Janeiro, Resende, e Paty do Alferes.
64	12	CML	ARCANJO V	RIO DE JANEIRO-RJ	Conduzir Op Tipo Polícia, Psicológicas, de Inteligência e Com Soc, pacificar a região compreendida pelos Complexo da Penha e do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro.
65	12	CML	ARCANJO VI	RIO DE JANEIRO-RJ	Conduzir Op Tipo Polícia, Psicológicas, de Inteligência e Com Soc, pacificar a região compreendida pelos Complexo da Penha e do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro.
66	12	CML	ARCANJO VII	RIO DE JANEIRO	Conduzir Op Tipo Polícia, Psicológicas, de Inteligência e Com Soc, pacificar a região compreendida pelos Complexo da Penha e do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro.
67	12	CMNE	CEARÁ	CEARÁ	Conduzir Op Mil, assumindo imediato controle dos OSP para preservação da ordem pública.

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
68	12	CMNE	BAHIA	BAHIA	Conduzir Op Mil, assumindo imediato controle dos OSP para preservação da ordem pública.
69	13	CMNE	COPACON	FORTALEZA-CE	Colaborar nas ações de segurança aos eventos da Copa das Confederações na cidade de Fortaleza.
70	13	CMNE	COPACON	SALVADOR-BA	Colaborar nas ações de segurança aos eventos da Copa das Confederações na cidade de Salvador-BA.
71	13	CMNE	COPACON	RECIFE-BA	Colaborar nas ações de segurança aos eventos da Copa das Confederações na cidade de Recife-PE.
72	13	CML	LIBRA	RIO DE JANEIRO-RJ	Garantir a Seg para execução do leilão do Campo do Libra.
73	13	CML	JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE	RIO DE JANEIRO-DF	Planejar, coordenar e executar atv de seg relativas a JMJ-2013 e visita do Papa Francisco à cidade do RJ.
74	13	CMP	COPA PLANALTO	BRASÍLIA-DF	Atuar como força de contingência durante a Copa das Confederações.
75	13	CMP	ESPLANADA	BRASÍLIA-DF	Proteger de invasão o Palácio do Planalto e as residências do Presidente e Vice por manifestantes.
76	14	CML	SÃO FRANCISCO	RIO DE JANEIRO-RJ	Preservação da Ordem Pública e a incolumidade das pessoas e patrimônio em ações GLO no complexo da Maré na cidade RJ.

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
77	14	CMNE	ILHÉUS	ILHÉUS-BA	Op Tipo Polícia e atividades de Comunicação Social, preservando a Ordem Pública na área do sul da Bahia.
78	14	CMNE	BAHIA II	BAHIA	Conduzir Op Mil, assumindo imediato controle dos OSP para preservação da ordem pública.
79	15	CMO	DOURADOS	BELA VISTA, ANTONIO JOÃO, ARAL MOREIRA E PONTA PORÃ	Contribuir para Garantia da Lei e da Ordem no Estado de MATO GROSSO DO SUL.
80	15	CMO	DOURADOS (2ª fase)	BELA VISTA, ANTONIO JOÃO, ARAL MOREIRA E PONTA PORÃ	Contribuir para Garantia da Lei e da Ordem no Estado de MATO GROSSO DO SUL.
81	15	CMP	MERCOSUL	DISTRITO FEDERAL	Implementar as medidas de segurança necessárias à Reunião de Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados.
82	15	CML	SÃO FRANCISCO VI	RIO DE JANEIRO	Colaborar com a manutenção da ordem pública na cidade do Rio de Janeiro e permitir a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na região do Complexo da Maré.
83	15	CML	SÃO FRANCISCO VII	RIO DE JANEIRO	Colaborar com a manutenção da ordem pública na cidade do Rio de Janeiro e permitir a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
					(UPP) na região do Complexo da Maré.
84	16	CMO	SERRA DA BORDA	PONTES DE LOURENÇO	Ações de monitoramento e vigilância na área da faixa de fronteira, que envolve o garimpo ilegal na Serra da Borda - MT.
85	16	CMNE	POTIGUAR	NATAL	Preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, na região metropolitana do município de Natal – RN.
86	16	CMNE	PERNAMBUCO	RECIFE	Preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, na região metropolitana do município de Recife – PE.
87	16	Todos	Eleições (1º turno)	TERRITÓRIO NACIONAL	Executar Operação de Garantia de Votação das Eleições (GVAE) Municipais de 2016.
88	16	Todos	Eleições (2º turno)	TERRITÓRIO NACIONAL	Executar Operação de Garantia de Votação das Eleições (GVAE) Municipais de 2016.
89	16	CMN	APYTEREWA	PARÁ	Prestar o apoio logístico e de comunicações aos Órgãos governamentais (Secretaria da Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Agrário, ABIN, CENSIPAM, PF, Força Nacional, FUNAI e INCRA) participantes da operação de

Nº Ordem	Ano	C Mil A	Nome da Operação	Local da Op (Cidade)	Missão
					desocupação da TI Apyterewa, no Estado do Pará.
90	16	Todos	Tocha Olímpica	TERRITÓRIO NACIONAL	Constituir Força de Contingência para atuar em GLO.
91	16	CML, CMP, CMA, CMNE e CMSE	Jogos Olímpicos Rio 2016	RIO DE JANEIRO, BELO HORIZONTE, BRASÍLIA, MANAUS, SALVADOR E SÃO PAULO	Atuar na segurança dos Jogos Olímpicos Rio 2016.
92	17	CMNE	POTIGUAR II	NATAL - RN	Preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, na região metropolitana do município de Natal – RN.
93	17	CML	CAPIXABA	ESPÍRITO SANTO	Preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, na região metropolitana da Grande Vitória.
94	17	CML	CARIOCA	RIO DE JANEIRO	Preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, na região metropolitana do município do Rio de Janeiro.
95	17	Todos	VARREDURA	TERRITÓRIO NACIONAL	Prover ações de vistoria em estabelecimentos prisionais.

Tabela 1: Missões de GLO do EB de 2004 a 2017

Fonte: COTER/CIOpGLO

Da análise da tabela, infere-se que, dentre as cidades que tiveram o emprego do Exército Brasileiro, no período de 2004 a 2017, em seu território, para cumprir

missões de Garantia da Lei e da Ordem, as cidades do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo foram as que mais tiveram tropas do EB, no tempo considerado, com cerca de 22%, 7% e 5%, respectivamente, do total das missões de GLO de todo o Brasil. Tal fato pode ser explicado pelo complexo ambiente operacional existente, principalmente no Rio de Janeiro, além dos problemas na estrutura da segurança pública local.

Ainda com a atenção voltada aos dados da tabela, depreende-se que o Exército Brasileiro vem cumprindo, desde 2004, missões de GLO em todo território nacional, abrangendo todos os Comandos Militares de Área, destacando-se o Comando Militar do Leste, com aproximadamente 35% do total de operações dessa natureza.

De todas as operações da referida tabela, 93,7% assemelham-se às Táticas, Técnicas e Procedimentos das que foram desenvolvidas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. São elas: segurança de autoridades; escolta de comboios; postos de bloqueio de estradas/check point; patrulhas à pé e motorizadas; garantia de votação e apuração das eleições; busca e apreensão; e proteção de estruturas estratégicas, dentre outras. Tal fato mostra um aproveitamento dessas TTP em ambiente nacional, contribuindo para um aperfeiçoamento operacional da Força Terrestre.

Nesse sentido, fica evidente a necessidade de uma preparação específica para esse tipo de operação e de uma documentação que venha orientar o adestramento da tropa. Nesse contexto, no ano de 2004, em edição experimental, o Comando de Operações Terrestres lançou o Programa Padrão de Adestramento em Op GLO. Tal documento visava pormenorizar e balizar os corpos de tropa na consecução das instruções dessa natureza.

Cabe ressaltar que até o ano de 2004, quem tratava das operações tipo polícia âmbito Força Terrestre eram os Batalhões de Polícia do Exército, em termos de desenvolvimento e aplicação da doutrina.

Fruto, ainda, dessa crescente demanda do EB em GLO e com a finalidade de uniformizar Táticas, Técnicas e Procedimentos doutrinários e operacionais, o Comandante do EB resolveu, através da Portaria 062 de 17 FEV 05 do Gabinete do Comandante do Exército, criar o Centro de Instrução em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (CIOpGLO), Organização Militar voltada para o desenvolvimento, modernização e padronização da doutrina deste tipo de operação.

Embora extinto como Organização Militar em Nov 05, foi recriado em 2006 como Subunidade do 28º Batalhão de Infantaria Leve (Port 210-EME 29 Nov 06 -

Diretriz Implantação CIOpGLO-28º BIL) e, posteriormente, culminou coma criação do Centro de Instrução de Operações Urbanas (CIOU). Tal fato representou um marco na condução da doutrina de GLO, aproveitando os ensinamentos em solo haitiano com operações similares.

Conclui-se, parcialmente, que as crescentes demandas por Op GLO em território nacional aliada à experiência brasileira no Haiti contribuíram para a evolução da doutrina e preparação das tropas do EB para esse tipo de operação.

5 OS REFLEXOS DAS LIÇÕES APRENDIDAS NA MINUSTAH PARA O ADESTRAMENTO OPERACIONAL DO EB NAS OPERAÇÕES DE GLO

A Força Terrestre sofreu uma significativa mudança no grau de operacionalidade com sua participação na MINUSTAH. O Gen Div R1 Floriano Peixoto Vieira Neto, *Force Commander* da MINUSTAH de abril de 2009 a abril de 2010, afirmou que:

> Voltando ao braço militar da ajuda brasileira, o amadurecimento da experiência no Haiti veio a trazer impactos profundos no legado profissional deixado à Força Terrestre, pela decisão de se aplicar um sistema de rodízio de contingentes por todos os Comandos Militares. Essa estratégica decisão se traduziu em riquíssima oportunidade para que diferentes escalões hierárquicos pudessem ser imersos em um ambiente operacional real, assimétrico, de relativa complexidade e no exterior, um benefício estendido a aproximadamente 37.000 militares ao longo dos 13 anos. Lideranças militares, sêniores e júniores, foram duramente testadas e aprovadas em experiências diversas e profissionalmente enriquecedoras, fornecendo ao Exército, e em menor número às outras Forças Armadas, recursos humanos altamente qualificados e aprimorados, um capital inestimável. Evidentemente, essa experiência se constitui elemento multiplicador, pelas lições aprendidas catalogadas e a vivência experimentada pelos quadros mais modernos na replicação desses ensinamentos ao longo de sua vida militar, no Brasil ou em outras composições de forças internacionais. (Gen Div R1 Floriano Peixoto, 2018).

A realização de diversas e variadas operações e missões naquele país caribenho possibilitou uma revisão e evolução da doutrina do Exército Brasileiro, permitindo o acúmulo de inúmeras lições aprendidas no nível tático.

Ainda segundo o Gen Div R1 Floriano Peixoto (2018, p.22), o tempo entre a chegada do primeiro contingente brasileiro para o recebimento da missão a ser

transferida pelas tropas da Força Multinacional Interina (FMI) foi de aproximadamente 25 dias, gerando a lição aprendida que um espaço temporal razoável era fundamental para a Transferência de Responsabilidade (TOR – *Transfer of Responsibility*).

Essa primeira lição aprendida permitiu que o Estado-Maior, daquela missão, retificasse seus planejamentos com algumas atualizações que se fizeram necessárias para o cumprimento das mais diversas operações. Houve ainda, a inclusão de novas táticas, técnicas e procedimentos que possibilitaram cumprir as tarefas que a área de operações exigia, tudo inserido num contexto de operações assimétricas[2]. Tal fato viabilizou aos *peacekeepers* brasileiros um entendimento correto da consciência situacional daquela área de operações, corroborando para uma excelente substituição em posição da FMI.

Já no Brasil, fruto dessas experiências, esse período de Transferência de responsabilidade também ocorreu em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, como por exemplo as missões de pacificação nas comunidades do Alemão e Maré, na cidade do Rio de Janeiro.

O Gen Div Novaes (2018, p. 56), que exerceu a função de Oficial de Operações do 3º Contingente, afirmou que os limites dos subsetores, divididos desde o 1º Contingente Brasileiro, iam sendo modificados conforme a evolução da situação tática. Cada subunidade era desdobrada no seu subsetor, onde montava sua base de combate, o que possibilitava apoio cerrado dos meios.

A partir daquela base, a subunidade lançava seus pelotões para as patrulhas ou diretamente para os objetivos, facilitando o comando e controle. As peculiaridades da missão impunham ações descentralizadas, o que facilitava a tomada de decisão dos comandantes das pequenas frações seja nos subsetores seja nos pontos fortes, tudo de acordo com as regras de engajamento e diretrizes do comando, viabilizando mais efetividade ao emprego da tropa.

De igual maneira, as operações de GLO do Exército Brasileiro passaram a adotar, a partir de 2004, a mesma sistemática de divisão da área de operações em subsetores por subunidade, permitindo que dessas bases de combate prestassem também, um apoio mais cerrado dos meios. Tal fato possibilitou ainda, uma melhor

[2] Em termos operacionais, a assimetria “deriva-se de uma força empregando novas capacidades, que o oponente não percebe, nem compreende, nem espera: capacidades convencionais que sobrepujem as do adversário ou que representem novos métodos de ataque e defesa” (PINTO SILVA, 2007).

coordenação das ações descentralizadas de seus pelotões, o que facilitou o comando e controle durante as missões.

Com a finalidade de minimizar as dificuldades de deslocamento, bem como a falta de tropa em determinadas áreas críticas, foi estabelecida no Haiti a ocupação de Pontos Fortes (PF) pelos Pelotões de Fuzileiros de Força de Paz, facilitando de forma eficiente o cumprimento das missões em solo haitiano e aumentando a expertise operacional dos soldados brasileiros.

O Gen Div Novaes (2018, p. 57) afirmou, também, que os PF garantiram a presença permanente das tropas na zona de ação, o que possibilitou um muito bom controle do terreno e da população.

Os comandantes dos Pontos Fortes tinham suas áreas delimitadas, com responsabilidades diuturnas e liberdade de ação. Tinham a possibilidade de intervir prontamente com iniciativa e oportunidade por meio de patrulhas a pé, motorizadas, mecanizadas e mistas, estabelecimento de postos de observação, emprego de caçadores, postos de bloqueio relâmpagos e fixos, pequenos PF, vasculhamentos de áreas, cadastramento da população e outras ações cabíveis. O que se configurou em uma outra grande vantagem operacional da implementação dos PF.

Do mesmo modo que no Haiti, a Força Terrestre procurou atuar, no Brasil, em determinadas missões de GLO, estabelecendo em áreas críticas os Pontos Fortes, como por exemplo os estabelecidos no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro. A partir deles era possível agir com rapidez dentro da zona de ação, além de constante operações presença, mitigando os delitos na área.

Outros fatores preponderantes para o sucesso da atuação das tropas brasileiras em solo haitiano foram os patrulhamentos intensivos e as articulações com líderes das comunidades locais, possibilitando levantar dados de Inteligência que contribuíram para desestruturar grupos armados ilegais e pacificar áreas urbanas de alta complexidade.

O emprego da Doutrina Militar Terrestre mostrou-se eficaz nas operações conduzidas no contexto da MINUSTAH e poderá servir de base para Op GLO, conforme afirma o Gen Div Novaes:

> O emprego da Doutrina mostrou-se eficaz em operações, com destaque para o funcionamento de um centro de operações táticas no batalhão, o método de estudo de situação, o emprego das pequenas frações em operações contra forças irregulares em ambiente urbano, as diversas táticas, técnicas e procedimentos para a utilização das tropas a pé e dos blindados em operações urbanas, principalmente as patrulhas, entre outros aspectos. Essa doutrina tornou-se a referência para os demais contingentes, sendo transmitida a todos pelo CI Op Paz, e foi a base para a pacificação posterior de Cité Soleil (2007) e para a estabilização de todo o país. Esse conhecimento está codificado nesta unidade, hoje Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), em notas de instrução e na experiência de seus instrutores e monitores e poderá servir, inclusive, para outras missões e mesmo para operações de garantia da lei e da ordem (GLO) mais robustas (Gen Div Novaes, p. 59).

Um outro importante e destacado aprimoramento das táticas, técnicas e procedimentos pelas tropas brasileiras no Haiti foi nos chamados "*check point*", permitindo uma simplificação e melhor eficiência dos Postos de Bloqueio e Controle de Vias (PBCV), nas Op GLO. A execução desses Postos de Bloqueio era complexa e com uma grande quantidade de meios. Hoje, aproveitada a experiência no Haiti, eles são mais fáceis de montar e também mais eficientes. Cabe ressaltar, também, o emprego do caçador em ambiente urbano, aumentando a segurança da tropa e da população nesse tipo de operação.

Por se tratar a MINUSTAH de uma missão cuja atuação da tropa era basicamente em área urbana, o CCOPAB deu uma maior ênfase ao adestramento na progressão nesse tipo de cenário operacional e combate em recinto confinado, estabelecendo inclusive módulos de tiro específicos para esse ambiente. Isso possibilitou, mais tarde, uma evolução das TTP, da tropa do EB, no Brasil, para a GLO e uma nova atualização das Instruções Gerais de Tiro com Armamento do Exército, IGTAEx – edição 2017.

Infere-se, parcialmente, que os reflexos das lições aprendidas na MINUSTAH para o adestramento operacional do EB nas operações de GLO demonstram um quadro extremamente positivo, permitindo uma correta evolução doutrinária fundamentada na experiência prática de 13 anos de operações em solo caribenho.

6 CONCLUSÃO

A inserção da Força Terrestre na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti acarretou em proveitosas lições aprendidas que repercutiram positivamente em diversos campos do Exército Brasileiro, principalmente o operacional, possibilitando um melhor adestramento para Operações de Garantia da Lei e da Ordem. O que foi permitido pelas capacidades dos militares envolvidos e pela constante melhoria de todo o processo.

Em síntese, a espinha dorsal do adestramento da tropa e o aperfeiçoamento constante da doutrina, aliados à operacionalidade trabalharam com o objetivo de bem cumprir o Mandato da MINUSTAH, estabelecendo os níveis necessários de segurança à população haitiana, bem como a paz para o prosseguimento das rotinas normais daquele país.

Nesse sentido, destacou-se a integração no nível tático obtida com outros exércitos, fortalecendo a expertise e a operacionalidade da tropa. Tal fato pode ser comprovado em inúmeras operações de GLO, no território nacional, que a Força Terrestre participou, como por exemplo: Op Arcanjo (2010-2011); Op São Francisco (2014-2015); Op São Cristóvão (2018); e Op Furacão (2017-2018).

A contribuição da estrutura de preparação para missões de paz, num primeiro momento CIOpPaz e posteriormente CCOPAB, foi essencial para o adestramento da tropa, atendendo às demandas da ONU e permitindo um excelente cumprimento de missão em solo caribenho. Ademais, serviu de modelo e referência para criação de um Centro de Instrução de Operações de Garantia da Lei e da Ordem, no Brasil, que aproveitasse da experiência dos “boinas azuis” e uniformizasse o adestramento e doutrina em GLO, outrora sob responsabilidade dos BPE.

A lição aprendida de um espaço temporal razoável para o recebimento da missão, relatada pelo Gen Div R1 Floriano Peixoto, pode ser utilizada, sempre que possível, nas missões de Garantia da Lei e da Ordem, permitindo uma melhor Transferência de Responsabilidade da área de operações, além de um adequado planejamento de emprego de tropas.

Uma outra lição aprendida em solo haitiano diz respeito aos limites dos subsetores das subunidades. Estes evoluíam conforme o desenrolar das operações, permitindo um apoio cerrado dos meios. Tal fato pode ser observado nas missões de

GLO, principalmente a partir de 2004, quando as SU passaram a colocar suas bases dentro de suas zonas de ação, prevendo, inclusive, bases alternativas em casos de evoluções, permitindo um continuo apoio cerrado dos meios.

A colocação de Pontos Fortes em áreas críticas, no Haiti, durante a MINUSTAH, também foi fator relevante para evolução das TTP de GLO. O que mitigou problemas logísticos e operacionais ao longo das missões em solo brasileiro.

A partir de 2004, com a implementação de “check point” no Haiti, houve uma significativa evolução do emprego do pelotão nas missões de PBCE, principalmente no aparato logístico que era empregado, havendo uma simplificação dos mesmos. O que permitiu uma maior eficiência, mobilidade e, consequentemente, melhores resultados, pois poder-se-ia contar com o fator surpresa.

Essa experiência operacional também foi decorrente dos exercícios básico (EBOP) e avançado (EAOP) de adestramento e das inúmeras jornadas em ação dos militares brasileiros no Haiti, viabilizando melhorias no adestramento e doutrina da Força Terrestre, principalmente em Op GLO.

Por fim, o legado e sucesso obtidos durante a participação do EB na MINUSTAH, garantiram uma expertise nesse tipo de operação que foram muito bem aproveitadas no território nacional em proveito da Garantia da Lei e da Ordem.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana *et al*. **O Brasil e a MINUSTAH: lições a partir da literatura acadêmica** in *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões/* organizadores: Dra Eduarda Passarelli Hamann e Cel Carlos Augusto Ramires Teixeira. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, CCOPAB, 2018.

BRASIL. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. Disponível em < http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab. > Acesso em 18 mar 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. 35. ed. Brasília, DF. Edições Câmera, 2012.

CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. **Os 10 anos de MINUSTAH e o CCOPAB**. Rio de Janeiro: Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), 2014.

_____. Conselho de Segurança (2004). **Resolução Nº S/2004/1542**. Sítio oficial da Organização das Nações Unidas. Disponível em <http://www.un.org/press/en/2004/sc8083.doc.htm>. Acesso em 06 Jun 2020.

Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército). **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

DIAS, Alfredo José Ferreira. **A Participação das Forças Armadas no Haiti, pós Terremoto 2010.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011.

DÓRIA, Alexandre José Gomes. **Lições Aprendidas e os Modelos de Emprego das Forças Armadas em Operações de GLO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

_____. Exército Brasileiro. **Diretriz de Preparação de Tropa para Missão de Paz**. Comando de Operações Terrestre. Disponível em <http://www.coter.eb.mil.br/ >. Acesso em 15 abr 2020.

HAMMAN, Eduarda Passarelli, TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (organizadores) **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões***.* Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, CCOPAB, 2018.

LESSA, Marco Aurélio Gaspar. **A Participação dos Contingentes do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública para obtenção do Grau de Mestre em Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

_____. Marinha do Brasil. **Revista 13 anos do Brasil na MINUSTAH**. Coletânia de artigos. 2019.

MENDONÇA, Marcos Venicio. **Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti in** *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões/* organizadores: Dra Eduarda Passarelli Hamann e Cel Carlos Augusto Ramires Teixeira. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, CCOPAB, 2018.

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. **O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz.** Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 12, n. 3, 2017, p. 77-103.

_____. Ministério da Defesa. **Encerramento da Participação Brasileira na MINUSTAH**: Palavras do Ministro da Defesa. Disponível em < https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/pronunciamento/outubro/20171021_encerramento_haiti.pdf >. Acesso em 18 jun 2020.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB20-MC-10.211: Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres.** 1. ed. Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre.** 1. ed. Brasília, DF, 2014.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. São Francisco, EUA, 1945.

NOVAES, André Luis. **A Pacificação de Bel Air** in *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões/* organizadores: Dra Eduarda Passarelli Hamann e Cel Carlos Augusto Ramires Teixeira. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, CCOPAB, 2018.

PEIXOTO, Floriano. **Epopeia militar brasileira no Haiti** in *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões/* organizadores: Dra Eduarda Passarelli Hamann e Cel Carlos Augusto Ramires Teixeira. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, CCOPAB, 2018.

PINHEIRO, Juliana Sandi. **A atuação militar brasileira na MINUSTAH, estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti**. Disponível em < http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes> Acesso em 15 maio 2020.

PINTO SILVA, Carlos Alberto. **Guerra Assimétrica: adaptação para o êxito militar.** Revista PADECEME, N° 15. Rio de Janeiro: ECEME, 2007.

TORREZAM, Rodrigo Campos. **Participação do Exército Brasileiro em Missões de Paz: Visão de Futuro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016.